

DIREITO ADMINISTRATIVO I – TURMA B | EXAME ESCRITO DE COINCIDÊNCIA (ÉPOCA DE RECURSO) – 18 DE FEVEREIRO DE 2025

REGÊNCIA: PROFESSOR DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA
DURAÇÃO: 90 MINUTOS

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

GRUPO I (10 valores)

O Decreto-Lei n.º 164/2012, de 31 de julho, aprovou a orgânica do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ), que prossegue atribuições do Ministério da Justiça. A sua missão passa pela gestão dos recursos financeiros deste Ministério, a gestão do património afeto à área da justiça, das infraestruturas e recursos tecnológicos bem como a proposta de conceção, a execução e a avaliação dos planos e projetos de informatização, em articulação com os demais serviços e organismos do Ministério (artigo 3.º, n.º 1).

Tem como órgãos o conselho diretivo (composto por um presidente e dois vogais), o fiscal único e o conselho consultivo, e é um organismo central com jurisdição sobre todo o território nacional.

Partindo da hipótese apresentada, **responda**, de forma completa e fundamentada, às questões que se seguem:

1. **Qualifique** a entidade em causa quanto à sua natureza jurídica, **identificando** o tipo de Administração em que se insere. (3 valores)
 - *Natureza jurídica: instituto público (artigo 4.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos). Menção da importância da designação “I.P.”, com referência ao artigo 51.º, n.º 1, da LQIP;*
 - *Inserção na Administração indireta do Estado sob forma pública. Normas aplicáveis: artigo 182.º e 199.º, alínea d), 2.ª parte da CRP, em conjunto com o artigo 2.º, n.º 1, da LQIP.*

DIREITO ADMINISTRATIVO I – TURMA B | EXAME ESCRITO DE COINCIDÊNCIA (ÉPOCA DE RECURSO) – 18 DE FEVEREIRO DE 2025

REGÊNCIA: PROFESSOR DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

DURAÇÃO: 90 MINUTOS

2. **Identifique e caracterize** os poderes governativos a que esta entidade está sujeita.
(4 valores)

- *Segundo o artigo 199.º, alínea d), 2.ª parte, da CRP, e artigos 41.º e 42.º da LQIP, os poderes que o Governo exerce sobre esta entidade são a tutela e a superintendência;*
- *Caracterização do poder de tutela: controlo da legalidade e do mérito da atuação administrativa (quanto ao conteúdo); referência a outras modalidades de tutela;*
- *Caracterização do poder de superintendência: orientar de forma genérica a atuação da entidade tutelada; nomear e demitir os órgãos dirigentes.*

3. **Identifique** os princípios da organização administrativa que estão na base da existência do IGFEJ. (3 valores)

- *Princípios da descentralização, desconcentração e eficácia e unidade de ação: artigo 267.º, n.º 2, da CRP. Justificar com o facto de se tratar i) de uma pessoa coletiva pública que prossegue os fins do Estado, mas com personalidade jurídica própria, ii) dotada de órgãos próprios e iii) que articula a sua atuação com as demais entidades da Administração Pública (Estado, entre outras).*

GRUPO II (5 valores)

Relacione dois dos seguintes pares de conceitos (2x2,5 valores):

a) Interesses difusos e direitos subjetivos;

- *Ao contrário do que sucede com o direito subjetivo, que confere ao seu titular proteção direta e imediata da ordem jurídica, o interesse difuso não é individualmente apropriável pelo cidadão, carecendo este, portanto, de uma adequada proteção quando comparado com aquele. Referência ao pensamento do Sr. Professor Vasco Pereira da Silva que recusa a existência de direitos “de primeira*

DIREITO ADMINISTRATIVO I – TURMA B | EXAME ESCRITO DE COINCIDÊNCIA (ÉPOCA DE RECURSO) – 18 DE FEVEREIRO DE 2025

REGÊNCIA: PROFESSOR DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

DURAÇÃO: 90 MINUTOS

e segunda” neste contexto, com menção dos seus argumentos. Valorizam-se exemplos apresentados pelo/a Estudante.

- b) Delegação de competências e transferência legal de competências;
- *Apesar de serem ambos mecanismos (legais) através dos quais a competência é transferida (no caso da delegação, existem teorias quanto ao facto de ser uma verdadeira “transferência” ou não), a transferência legal de competências, como a própria designação denuncia, opera por meio da lei, ao passo que a delegação de competências, embora tenha como um dos requisitos a existência de lei habilitante (artigo 44.º, n.º 1, do CPA), dá-se por meio da prática de um ato administrativo pelo órgão competente.*
- c) Influência dominante e empresas públicas.
- *Segundo o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (artigo 9.º), existe influência dominante sempre que as entidades públicas referidas nos artigos 3.º e 5.º do mesmo diploma (entre as quais, as empresas públicas) se encontrem, relativamente às empresas ou entidades por si detidas, numa qualquer das situações referidas nas alíneas a) a d) do preceito.*

GRUPO III (5 valores)

Comente, de forma crítica, a seguinte afirmação:

“(A) perda da dimensão estadual do Direito Administrativo resulta do desaparecimento da “ligação necessária” do Direito Administrativo ao Estado, tão característica dos primórdios do nosso ramo de direito, não apenas do ponto de vista interno como agora também do europeu e mesmo do internacional”.

(VASCO PEREIRA DA SILVA)

- *Os primórdios do Direito Administrativo, intrinsecamente ligado ao Estado (funções fundamentais da defesa e segurança interna e externa);*
- *Evolução do Direito Administrativo e da Organização Administrativa com i) o advento do Estado Social e Pós-Social (Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva) e ii) a*

DIREITO ADMINISTRATIVO I – TURMA B | EXAME ESCRITO DE COINCIDÊNCIA (ÉPOCA DE RECURSO) – 18 DE FEVEREIRO DE 2025

REGÊNCIA: PROFESSOR DOUTOR VASCO PEREIRA DA SILVA

DURAÇÃO: 90 MINUTOS

entrada de Portugal na UE, por um lado (influência do Direito Europeu), e a globalização, por outro (Direito Global;

- *Vantagens e desafios dos fenómenos de europeização e globalização do Direito Administrativo;*
- O Estudante deve demonstrar reflexão própria sobre o tema (algum/alguns dos pontos apresentados).